

Categoria discutirá irresponsabilidade do Governo Ricardo Coutinho

A categoria fiscal se reúne em assembleia geral, nesta quinta-feira (2/02), às 18h, na sede do Sindicato, para avaliar os atos de irresponsabilidade do Governo com a Administração Tributária e definir as próximas estratégias de enfrentamento, pois não permitirá a instauração do caos na Paraíba. O Governo Ricardo Coutinho, desde seu início, tem agido de forma intransigente e unilateral, sem o mínimo de diálogo com os servidores. Merecem destaque as MPs 183 e 184, além da recente 185, que revogou o artigo 8º da Lei do Subsídio, em retaliação à luta dos fiscais.

As pendências junto ao Fisco continuam se acumulando, por parte do Governo, sem que haja respostas aos questionamentos da representação sindical. Problemas como falta de segurança, péssimas condições de trabalho, sucateamento dos equipamentos são alguns dos fatos mais relevantes verificados pela categoria fiscal.

Usurpando direitos do Fisco

O Governo autoritário editou a Medida Provisória 185 que revoga o artigo 8º da Lei do Subsídio, com o objetivo de usurpar os direitos da categoria. A atitude confirma o intento de perseguição ao Fisco. O Governo, contumaz descumpridor de leis, avança em suas arbitrariedades ao revogar dispositivos construídos de forma democrática e legalmente formalizados.

Desmontando a máquina arrecadadora

Ao usurpar os direitos do Fisco, fica evidente a intenção de desmantelar a máquina arrecadadora do Estado.

O artigo 8º da Lei do Subsídio incentiva a superação de metas de arrecadação tributária estipuladas pelo Governo. Os sucessivos recordes de arrecadação desde a implantação da Lei do Subsídio comprovaram a total eficácia do sistema desenvolvido, gerando recursos para aplicação em políticas públicas principalmente para os setores mais carentes da população.

A falta de consciência do Governo causa prejuízos irreparáveis à Paraíba.

Medida Provisória 183: crescimento da arrecadação ameaçado

A Medida Provisória 183 foi outra demonstração da irresponsabilidade desse Governo, realizando a fusão entre a Secretaria da Receita e de Finanças, um retrocesso na Paraíba, ao provocar a perda de autonomia da Administração Tributária, na contramão da tendência mundial.

Com a Secretaria da Receita, o Estado obteve considerável incremento na arrecadação em sua vigência, comprovando a eficácia do modelo. De 2000 a 2004, antes da Secretaria da Receita, foi constatado um incremento de 50% na arrecadação para uma inflação de 42%, enquanto de 2005 a 2010, após sua instituição, houve incremento de 122%, para um percentual de inflação de 33%.

A categoria fiscal não compreende como o Governo pode trocar um modelo comprovadamente eficaz por outro incerto.

Medida Provisória 184: a quem interessa?

A Constituição Federal, em seu artigo 37, dispõe sobre a essencialidade do Fisco nas instâncias Federal, Estadual e Municipal, atividades que devem ser exercidas por servidores de carreiras específicas.

O Governo do Estado nega a essencialidade do Fisco e tenta rasgar a Constituição ao editar a MP 184, que abre espaço para que pessoas alheias ao Fisco ocupem cargos na Administração Tributária, com critérios duvidosos. Isso trará, inevitavelmente, apadrinhados políticos sem o devido conhecimento técnico para funções altamente específicas, ameaçando seriamente o **SIGILO FISCAL** dos contribuintes.

Protesto em Campina Grande

Na sexta-feira última (27), diversas categorias se uniram em Campina

Grande para protestar contra as arbitrariedades do Governo junto aos servidores públicos. O Sindifisco-PB participou das atividades, junto a trabalhadores da educação, polícia civil e militar e agentes penitenciários.

Caos na Paraíba

As entidades integrantes do Fórum dos Servidores também se demonstram indignadas com o caos que o Governo do Estado está instaurando na Paraíba, especialmente no que se refere ao serviço público. Diversas ações de protesto estão previstas, a exemplo da Caravana da Vergonha, que irá percorrer o Estado apresentando à sociedade os desmandos do Governo.